



## **VOZES COMBATENTES: EXPERIÊNCIAS FEMININAS NAS GUERRILHAS GUATEMALTECAS E A EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO FEMINISTA LOCAL**

Milena Costa de Souza<sup>1</sup>

### *Apresentação*

Em um continente latino-americano marcado pelos anos de ditaduras, os/as pesquisadores/as deparam-se na atualidade, por meio do breve distanciamento temporal que são capazes de realizar, com diversas temáticas que ao longo dos anos foram silenciadas. Os silêncios foram causados inicialmente por conta dos governos ditatoriais com suas censuras, as quais decidiam o que era permitido falar, cantar, dançar, interpretar, pintar e ser. Outros silêncios ocorreram por conta de nossas incapacidades, como sociedades, de ouvir, compartilhar e enxergar a existência dos/as Outros/as. Assim foram criados uma série de vazios, de vozes contidas, porém existentes, que merecem ser finalmente escutadas e analisadas. Diversos/as pesquisadores/as iniciaram uma busca por visibilizar essas questões esquecidas e tomaram para si parte da responsabilidade de resgatar e preservar as nossas memórias; problematizar e analisar nossas relações sociais.

É diante desta problemática que foi escrita minha dissertação de mestrado<sup>2</sup> intitulada *Vozes combatentes: experiências femininas nas guerrilhas guatemaltecas* a qual visa, acima de tudo, contribuir para os recentes e crescentes debates sobre os períodos ditatoriais que um dia vivemos. Dentro da ampla temática e possibilidades de se estudar estes períodos históricos, minha análise restringiu-se às organizações guerrilheiras da Guatemala e a participação das mulheres nestas organizações durante o período conhecido como segunda onda guerrilheira, o qual vai de 1970 a 1996 (ano da assinatura dos Acordos de Paz). Para que esta pesquisa fosse possível, foram realizadas duas viagens para a Guatemala, nos anos de 2006 e 2009, durante as quais foram feitas 14 entrevistas dentre as quais, 10 foram realizadas especificamente com ex-guerrilheiras. Este artigo é resultado desta pesquisa e pretende analisar a relação entre a participação feminina nas guerrilhas guatemaltecas e a emergência do movimento feminista local.

*Invisibilidade: dificuldade em quantificar e reconhecer a participação feminina nas guerrilhas guatemaltecas*

---

<sup>1</sup> Mestre em Sociologia (UFPR). Professora do curso de Comunicação Social faculdades OPET e professora colaboradora EMBAP. Contato: mimitexan@hotmail.com

<sup>2</sup> A pesquisa foi realizada durante o curso de mestrado de sociologia da UFPR e defendida em junho de 2010.



As mulheres estiveram presentes nas guerrilhas guatemaltecas durante os dois períodos de luta guerrilheira: 1964 – 1968 e 1970 – 1996. Entretanto, na primeira década de luta, os anos de 1960, ainda eram poucas as integrantes do sexo feminino, sendo que a participação das mesmas teve um aumento gradual ao longo dos anos de guerra civil e de certa forma acompanhou as transformações sociais na Guatemala – crescente industrialização, acesso às universidades, emergência do movimento feminista, etc. Portanto, se nas décadas de 60 e 70 a participação guerrilheira feminina ainda era baixa, esta teve seu ápice nas últimas décadas do conflito, os anos 80 e 90.

A intensificação da participação das guatemaltecas nos grupos guerrilheiros a partir da década de 1980 também pode ser explicada pelo impacto da participação feminina nas guerras dos países vizinhos Nicarágua e El Salvador (LUCIAK, 2001). Um outro ponto fundamental que deve ser considerado é o fato da repressão por parte do Estado e a quantidade de conflitos armados terem se intensificado durante estes anos de forma que tornar-se guerrilheira foi também uma possibilidade de sobrevivência para aquelas que viviam nas regiões dos conflitos armados.

Ainda que a presença de mulheres nas guerrilhas guatemaltecas seja uma realidade, não é possível precisar a participação feminina em números e isso se deve a diversos fatores. O primeiro é o desgaste político sofrido pela força guerrilheira guatemalteca na última década do conflito, fazendo com que diversos/as participantes saíssem dos grupos sem deixar registros oficiais. O segundo fator, apontado por Luciak (2001, p.26), é o clima de medo e tensão presente no país mesmo após a assinatura dos Acordos de Paz. Diversos/as ex-combatentes optaram por não se afirmar como guerrilheiros/as em virtude do preconceito social calcado nos rótulos difundidos pelo governo ditatorial: terroristas, subversivos, etc. Luciak aponta também a existência de um terceiro fator: a saída precoce das mulheres das organizações por conta da gravidez. Um quarto ponto é a invisibilidade histórica de diversos grupos étnicos, a qual fez com que a participação na luta armada de muitos grupos indígenas tenha sido “esquecida” e dessa forma, não computada. (cf. ALARCÓN et.al., 2008, p.7).

Luciak (Op.cit.) reconhece uma pesquisa realizada pela União Européia com os/as combatentes da União Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) no momento da desmobilização, como uma das fontes de dados numéricos que mais se aproxima da realidade. Naquela ocasião, as mulheres representavam 410 (15%) dos 2778 combatentes entrevistados e 356 (25%) dos cargos políticos. Nos níveis de comando, é conhecida a participação de apenas uma mulher, a Comandante Lola.



Por conta dos fatores acima mencionados, as estatísticas não são capazes de revelar o verdadeiro número de mulheres que integraram as organizações revolucionárias. O silêncio que seguiu a participação feminina é evidente e pode ser notado na baixa produção bibliográfica que aborda suas participações no conflito, assim como no espaço restrito que ocupam no cenário político atual. A invisibilidade da participação feminina junto aos grupos guerrilheiros não se deu por conta de uma suposta baixa participação das mesmas, mas está inserida em uma tradição discursiva, historiográfica e literária que considera as mulheres como coadjuvantes e os homens como os sujeitos da guerra (cf. MACDONALD, 1988; LOBÃO, 1998).

Após um longo silêncio das mulheres participantes dos grupos guerrilheiros na Guatemala e na América latina, vem ocorrendo nos últimos anos a busca de ex-combatentes de diversas nações em se estabelecerem como sujeitos políticos. Da mesma forma, pode-se perceber, a partir dos anos 90, o aumento de uma produção literária e acadêmica sobre a participação das mulheres nos grupos da esquerda armada tanto na Guatemala, quanto nos demais países latino-americanos. Fica claro ao se consultar a produção literária e os depoimentos sobre este período, que as mulheres tiveram de enfrentar uma série de obstáculos e preconceitos para participarem destes grupos, como nos demonstra os trabalhos dos/as pesquisadores/as: Marco Aurélio Garcia (1997), Ilja Luciak (2001), Cristina Scheibe Wolff (2007), Fernanda Gil Lozano (2007), Natalia Souza Bastos (2008) e Lobão (1998).

Esses/as autores/as – bem como as minhas interlocutoras – demonstram a existência de características comuns em relação à participação feminina em grupos da esquerda armada latino-americana, dentre as quais destaco a defesa constante por parte das cúpulas das organizações de que a principal causa a ser conquistada era o socialismo. Neste contexto, o questionamento das relações de poder entre homens e mulheres era percebido como causador de divisões no interior dos grupos, uma vez que a superação dessas diferenças viria com o tempo, com a conquista da igualdade social por meio do regime socialista.

Uma segunda característica comum à participação feminina em organizações armadas que gostaria de destacar, é a concentração de mulheres em cargos de base, sobretudo nas cidades. Segundo Lobão (1998), as organizações clandestinas designavam mulheres principalmente para os cargos que demandavam uma maior interação com a população civil, pois seus corpos não eram reconhecidos como ameaçadores. Dessa forma, esse padrão repetiu-se em diversos países da América Latina ou seja, em sociedades conservadoras e patriarcais.



### *As combatentes das montanhas e as combatentes urbanas*

A adesão das guatemaltecas aos grupos guerrilheiros ocorria por meio de redes de contato urbana ou rural. A primeira estava relacionada diretamente ao ambiente acadêmico e a segunda às relações estabelecidas entre suas comunidades e/ou famílias com os grupos guerrilheiros. As mulheres que aderiram ao movimento revolucionário por meio da rede de contatos urbana, percebiam a luta guerrilheira como a continuidade de suas atuações ou aproximação junto aos movimentos sociais. Já aquelas que participavam de uma rede de contatos rural, tinham na luta revolucionária uma possibilidade de sobreviver aos intensos confrontos nas regiões em que viviam.

No momento da adesão ao movimento revolucionário armado, não havia como escolher a área de atuação, de forma que a necessidade de pessoal em determinada área era crucial para a decisão dos líderes. Existiam duas grandes divisões: Montanhas (áreas de intenso combate) e Cidades (áreas de combate, de propaganda e base logística). A maioria dos/as jovens, pedia para ir à montanha uma vez que o imaginário revolucionário daquele período estava calcado sobretudo na guerrilha cubana, como comentou Yolanda Colom em situação de entrevista: “Então, eu era daquelas que naquele tempo considerava que para realmente exercer a militância revolucionária no país, o ideal era a montanha, um pouco com toda a mística de Che Guevara e Cuba. Toda essa mística, não é verdade?”.

Ir para a montanha poderia ser a vontade da maioria dos/as combatentes, mas a selva fechada, a falta de luz, a umidade, a dificuldade para encontrar mantimentos, enfim, as adversidades somadas aos combates entre guerrilheiros e exército, torna difícil imaginarmos que diversos/as combatentes foram capazes de ali viver durante anos. A condição real do/a combatente das montanhas, como demonstra Mario Payeras (2002), pouco tinha haver com o imaginário revolucionário que se construía em torno de personalidades como Che Guevara e Fidel Castro.

Os/as integrantes que iam para as montanhas estavam imersos em relações de extrema hierarquia militar. Neste ponto, podemos observar claramente a exclusão das mulheres, pois, os postos de liderança eram ocupados por homens. Nas palavras de Patrícia Castillo, (combatente das montanhas): “Na medida que, digamos, se estruturavam níveis superiores de responsabilidade, aí é que se começava a dar a pirâmide, digamos, da exclusão, a qual se dá ao longo de toda a nossa sociedade e as organizações revolucionárias não eram a exceção”.

Entretanto, mesmo ocupando poucos postos de liderança, as ex-combatentes relataram um ambiente de maior igualdade entre homens e mulheres – principalmente se comparado com a sociedade em que viviam. As tarefas cotidianas eram divididas entre todos/as e segundo as



entrevistadas, não havia distinção de sexo, como afirma a ex-combatente das montanhas, Carmela Marroquín: “Era tudo igual [...] só porque era mulher não tinha que fazer tal coisa. O que faziam os homens faziam as mulheres. Tudo, desde o combate, fazer a comida, trazer a lenha, fazer a segurança [...]”.

As frentes urbanas funcionavam muitas vezes como um rito de passagem, pelo menos para aquelas/es que eram provenientes das cidades. As entrevistadas relataram terem exercido algum tipo de atividade nas áreas urbanas antes de serem convocadas para subirem às montanhas. Apesar da constante ameaça à vida, da clandestinidade e muitas vezes do exílio, as mulheres das frentes urbanas não lidavam tanto com o combate direto quanto aquelas que iam às montanhas. Nas divisões urbanas havia um grande número de mulheres bem como uma relação menos hierarquizada entre os participantes, tendo em vista que não se tratava de grupos exclusivamente militares.

Quando questionadas sobre terem sofrido algum tipo de discriminação por serem mulheres, as ex-combatentes afirmaram que nunca houve, por parte das organizações, um discurso de diferença perante os sexos. Elas afirmam também, que durante a guerra, pouco notaram a exclusão que sofriam, um dos motivos era a condição do combate, a qual envolvia o discurso de uma luta comunal. Uma outra questão apontada pelas entrevistadas, era o fato de estarem imersas em uma sociedade tão patriarcal que a exclusão tornava-se de certa forma naturalizada, como aponta Lin Valenzuela: “a consciência de uma discriminação genérica se vai adquirindo como que em um processo, ou seja, na sociedade, todos os padrões e todas as mensagens são patriarcais e não se pode ver a discriminação a princípio”. O reconhecimento da exclusão, veio com o tempo, com um passo para trás e a possibilidade de mirar a situação com um certo distanciamento.

### *A vida após a guerra*

O final dos conflitos armados ocorreu com a assinatura dos Acordos de Paz em 1996, após intensos debates entre o governo e os líderes revolucionários. Como combatentes ou exiladas, o retorno significou uma redescoberta do país, assim como de suas próprias famílias, pois durante anos as combatentes haviam vivido na clandestinidade. O retorno também significou transformações nas relações pessoais com seus parceiros, ou melhor, a continuidade daquilo que praticavam nos grupos revolucionários: a divisão de tarefas e o respeito mútuo. Todas as mulheres que entrevistei e que estão casadas, uniram-se com homens que conheceram nas guerrilhas. Para elas isso representou a possibilidade de relações mais puras (GIDDENS, 1993), nas quais tiveram espaço para sua autonomia e desejos. Uma outra conquista apontada pelas entrevistadas foi o



retorno aos estudos por meio da formação básica, a formação universitária ou uma especialização. As conquistas pessoais das ex-combatentes são por ela justificadas como possibilidades de transcender seus esquemas mentais, moldados pela ordem patriarcal e conservadora em que viviam:

Veja, eu não vou te dizer que pela revolução eu estou aqui e sou, digamos, uma profissional, que tenho possibilidade de trabalhar. Não. Porque isso é uma luta pessoal minha, não é verdade? Mas também fui ganhando pela experiência que tive na luta, porque se não tivesse sido assim, se não tivesse me incorporado na luta, tinha ficado como qualquer mulher, criando uns 15 filhos. Porque aqui na Guatemala é assim [...]. Mas por todo o processo que passei, aqui estou e com vontade também de seguir lutando, mesmo que de outra maneira. (Carmela Marroquin).

A experiência política vivenciada pelas mulheres na condição de combatentes foi fundamental para uma mudança de perspectiva de vida. Entretanto, mesmo tendo lutado durante anos por mudanças sociais que não ocorreram, na atualidade elas se deparam com a necessidade de seguir lutando por seus direitos e pela própria sobrevivência. Digo sobrevivência por conta da grande violência<sup>3</sup> instaurada contra as mulheres naquele país e direitos, pois, ainda que os Acordos de Paz contenham diversas menções aos direitos das mulheres o Estado não está presente para garantir os mesmos. Dessa forma, é o movimento feminista guatemalteco a instância que luta para que os mesmos sejam cumpridos. Sandra Morán, ex-integrante da URNG, feminista e uma das redatoras dos Acordos de Paz afirma: “Conquistamos o que nós mesmas fizemos. Há coisas que foram conquistadas porque nós mesmas trabalhamos para isso. Mas a parte do Estado, de maior recursos para os programas de mulheres... Isso não”. Entretanto, mesmo que as pautas dos Acordos de Paz que se dirigem às mulheres, não sejam seguidas na prática, Sandra afirma que as propostas contidas nos mesmos ajudaram a visibilizar a questão feminina no país, bem como articular os grupos feministas locais em torno de debates sobre os termos de compromisso a serem colocados no papel.

### *Tornar-se feminista na Guatemala do pós-guerra*

Em 1992 começo a fazer um trabalho mais específico com mulheres, a discutir, a me relacionar, a ler, aprender e me dou conta de que até então não me sentia parte da luta revolucionária no sentido de que os resultados estavam bem para mim, porque sempre eram para os outros: para o povo, para a organização, sempre para os outros. Ou seja, era como se eu não estivesse no filme, como se tudo aquilo não fosse para mim também ou como se fosse mal sentir que era para mim (Sandra Moran).

---

<sup>3</sup> Segundo a pesquisadora Victoria Sanford (2008,p.24), os assassinatos durante os 5 anos após a assinatura dos acordos de paz na Guatemala chegaram a 20,943, sendo que os assassinatos contra as mulheres aumentaram em mais de 117% entre os anos de 2001 e 2006. Para Sanford, o país enfrenta um fenômeno denominado de feminicídio, ou seja, “uma matança institucionalizada de mulheres” (2008,p.15).



A vitória dos grupos revolucionários, prometiam seus líderes, proporcionaria às mulheres condições de vida mais igualitárias. Antes do dia da vitória chegar e conseqüentemente a transformação do sistema socioeconômico, restavam apenas a luta armada e a espera. A vitória não aconteceu, mas, ao que as divisões de poder nos grupos guerrilheiros indicavam, poucas coisas iriam mudar, mesmo que os revolucionários tivessem sido vitoriosos. Essa análise possível vem acompanhando o pensamento de diversas ex-combatentes, as quais apesar de terem sido integrantes das lutas guerrilheiras, não se percebiam, assim como não eram percebidas, como sujeitos sociais e da história. O espaço de atuação das mulheres era o de coadjuvantes, ou como Sandra Morán apontou, apenas de observadoras, pois não se reconheciam nem mesmo como integrantes daquele acontecimento histórico.

Diversas ex-combatentes perceberam que o movimento revolucionário apresentava contradições muito similares às existentes na sociedade capitalista. A opressão e a exclusão femininas não estavam relacionadas, portanto, apenas ao sistema econômico, como foi propagado em diversos momentos pela URNG, mas a questões relacionadas às relações de poder entre o masculino e o feminino. Se nem a luta guerrilheira nem o sistema vigente eram capazes de dialogar e atender às reivindicações femininas, de que maneira as mulheres que participaram das lutas revolucionárias, as quais buscavam uma verdadeira emancipação do lar e das estruturas opressoras que as cercavam, poderiam reivindicar e encontrar novos espaços na sociedade guatemalteca?

As guatemaltecas, fossem ex-guerrilheiras ou não, viviam em um país que estava sendo reconstruído após uma longa guerra. A reconstrução das ruas, dos prédios, das escolas, de suas casas... era também a reconstrução de suas vidas pessoais. Após a atuação direta em uma organização política, as mulheres passaram pelo que Walda Barrios, ao fazer uma analogia com o livro de Rigoberta Menchú chama de: “o despertar da consciência para muitas mulheres, ou seja, é como um parto extremamente doloroso em direção ao que seria a vida política e a cidadania. Envolver-se na guerra”. Este momento representou a possibilidade de ser diferente, de se refazer agora em que “tudo” estava mesmo destruído.

Dentro das possibilidades que surgiram por meio da reconstrução, muitas das guatemaltecas exerceram sua autonomia e foram em busca de objetivos pessoais. Politicamente, as organizações de mulheres e feministas passaram a exigir que seus direitos fossem cumpridos, a começar pelo mais básico de todos: o direito à vida, o direito de serem mulheres. Sendo assim, por meio do reconhecimento, assim como do exercício dos seus desejos e das suas necessidades “particulares”, muitas ex-combatentes questionaram as estruturas sociais, fizeram política – em seus lares, em seus



empregos, nos movimentos sociais, no movimento feminista, etc – e atuaram como sujeitos sociais e políticos.

Em meio a buscas relacionadas aos questionamentos pessoais, diversas mulheres se depararam com o movimento feminista. Segundo Anthony Giddens (2002), o feminismo, principalmente na contemporaneidade, está dando maior espaço para as questões referentes à auto-identidade. Para ele, as feministas perceberam que a emancipação por si só não resolve os “problemas”, pois ao emanciparem-se do lar, as mulheres depararam-se com identidades sociais calcadas em uma concepção masculina de ser humano. A falta de opções abertas – paralelamente à maior opção de escolhas que surgiam para as mulheres – fez com que elas percebessem que a cultura moderna não satisfazia suas necessidades. Dessa forma, ocorre a demanda por transformações sociais e a criação de novos espaços de atuação política e social que permitam que as pessoas sejam reconhecidas e vivam nas suas diferenças. É dentro desta concepção que percebo o encontro de diversas ex-guerrilheiras com o feminismo, assim como o crescimento do movimento feminista na Guatemala.

Provavelmente, um dos primeiros exercícios públicos dos ideais feministas após os anos de repressão foram as reivindicações dos Acordos de Paz, as quais permitiram que os diálogos acerca da condição feminina fossem intensificados em todo o país. Os Acordos de Paz foram debatidos tanto pelas/os integrantes da URNG, quanto por organizações feministas – cuja a grande maioria esteve em situação de exílio – e mulheres exiladas retornadas. Segundo Patrícia Castillo, foi a partir dos Acordos, que uma consciência feminista ganhou força:

Depois da assinatura dos Acordos de Paz é que realmente começamos a ter consciência. E a partir de nossa experiência começamos a ter consciência de como realmente a relação é patriarcal, as relações de exclusão atravessam, da mesma forma, a direita e a esquerda (Patrícia Castillo).

Os Acordos de Paz foram um marco para o feminismo guatemalteco e para o reconhecimento das guerrilheiras, dada a ampliação dos debates que tais Acordos proporcionaram. Os debates do pós-guerra reuniram os espaços de discussão sobre as teorias feministas e as relações de gênero que haviam sido criados ao longo dos anos de guerra. As interlocutoras afirmam que nos últimos anos de luta guerrilheira, a palavra igualdade foi sendo substituída por questionamentos acerca das relações de poder entre masculino e feminino. Paralelamente, as pessoas que vivenciaram situação de exílio tiveram a oportunidade de dialogar com outras culturas, vivências e feminismos. Ao retornarem, trouxeram em suas bagagens novas idéias e experiências. As organizações feministas que haviam deixado a Guatemala por conta da repressão e aquelas criadas





no exterior, ao redor das refugiadas, mesmo que distantes de seu país debatiam a situação da mulher guatemalteca, assim como as perspectivas em relação ao fim dos conflitos.

Resumidamente, mesmo que os debates relacionados aos gêneros, aparentemente não estivessem presentes na Guatemala dos anos de guerra, eles estavam ali, fosse pelo fato de mais mulheres terem se juntado ao movimento revolucionário, fosse pelos questionamentos causados na mente daquelas que passaram a participar do mercado de trabalho ou das pessoas que tiveram que deixar o país. O fim dos conflitos foi apenas o momento em que toda/os puderam se (re) encontrar, terem suas vozes ouvidas e escutar tantas outras. O final da guerra foi o final do silêncio e o início de novos e ricos questionamentos feministas.

### *Bibliografia*

ALARCÓN, et.al. *Memorias rebeldes contra el olvido*. Cidade da Guatemala: Magna Tera editores, 2008.

BASTOS, Natália de Souza. *Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo: a militância feminina em organizações de esquerda armada*. Gênero, Niteroi, v.8, n.2, p.43-72. 2008.

BERGER, John. *Modos de ver*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

COLOM, Yolanda. *Mujeres en la alborada*. Guatemala: Artemis y Edinter, 1998.

FELSKI, Rita. *Gender of modernity*. Cambridge: Harvard Press, 1996.

GARCIA, Marco Aurélio. *O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política*. Cadernos Pagu. São Paulo, v.8, n.9, 1997.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. São Paulo: UNESP, 1993.

\_\_\_\_\_. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

LOBÃO, Linda M. Socialist transformations in Latin America and Cuba. In: DIAMOND, M (Org.). *Women and Revolution*. The Netherlands: Kluwer Academia Publishers, 1998.

LOZANO, Fernanda Gil. *Mujer y dictadura*. In: WOLFF, Cristina, FÁVERI, Marlene, RAMOS, Tânia Regina. *Leituras em rede, gênero e preconceito*. Florianópolis: Mulheres, 2007, p.77-94.

LUCIAK, Ilja. *After the revolution: gender and democracy in El Salvador, Nicaragua and Guatemala*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

MACDONALD, Sharon, HOLDEN, Pat, ARDENER, Shirley. *Images of women in peace and war: cross-cultural and historical perspectives*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.

PAYERAS, Mario. *Los días de la selva*. Guatemala: Piedra Santa, 2002.



SANFORD, Victoria. *Guatemala: del genocídio al feminicidio*. Guatemala:F&G, 2008.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativa no Cone Sul, 1968- 1985*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.27, n.54, 2007.

\_\_\_\_\_. *Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil; 1968-1974*. In: WOLFF, Cristina, FÁVERI, Marlene, RAMOS, Tânia Regina. *Leituras em rede, gênero e preconceito*. Florianópolis: Mulheres, 2007, p.77-94.